vinetur

Reino Unido afirma que o vinho ficará fora do acordo sanitário e fitossanitário proposto com a UE

O esclarecimento indica que os operadores comerciais através do Canal da Mancha não devem esperar que as negociações eliminem as divergências na regulamentação do vinho

quarta-feira, 18 de novembro de 2026



Na terça-feira, 17 de novembro, o Governo britânico informou o Parlamento de que o vinho ficará fora do âmbito do acordo sanitário e fitossanitário proposto entre o Reino Unido e a UE, o que significa que o acordo não obrigará o Reino Unido nem a União Europeia a reverter ou alterar as diferenças existentes na regulamentação do vinho.

O esclarecimento foi dado numa resposta parlamentar escrita de Stephen Morgan, em nome do Department for Environment, Food and Rural Affairs. Morgan respondia a uma pergunta do deputado conservador Mike Wood, que quis saber se o futuro acordo sanitário e fitossanitário entre o Reino Unido e a UE exigiria que as atuais divergências regulamentares relativas ao vinho fossem revertidas ou alteradas.

A resposta de Morgan foi direta. «O vinho continua fora do âmbito do acordo sanitário e fitossanitário proposto entre o Reino Unido e a UE», afirmou. «Por conseguinte, o acordo não exigirá que as divergências regulamentares existentes no setor do vinho sejam revertidas ou alteradas.»

A troca de perguntas e respostas vem precisar a posição do Governo sobre um tema que tem despertado a atenção das empresas envolvidas no comércio transfronteiriço. A pergunta de Wood remetia para uma resposta anterior do Governo, publicada a 28 de outubro, a uma pergunta parlamentar distinta sobre a regulamentação do vinho. Na questão de seguimento, perguntou especificamente se o acordo previsto afetaria a forma como as regras relativas ao vinho divergiram desde a saída do Reino Unido do quadro da UE.

A resposta indica que, pelo menos no âmbito do acordo atualmente proposto, o vinho está a ser tratado de forma diferente dos produtos abrangidos, em termos mais gerais, pelas regras sanitárias e fitossanitárias. Estes acordos dizem geralmente respeito à segurança alimentar e à proteção da saúde animal e vegetal. Ao afirmar que o vinho está fora do âmbito do acordo, o Governo deu a entender que as negociações nesta área não se destinam a servir de via para voltar a alinhar as regras relativas ao vinho.

Este ponto é relevante para o setor das bebidas, pois sugere que produtores, importadores e exportadores não devem esperar que, por si só, as negociações sanitárias e fitossanitárias eliminem as divergências regulamentares entre o Reino Unido e a UE no setor do vinho. Para as empresas que comercializam vinho através do

Canal da Mancha, a resposta indica com maior clareza que os problemas de conformidade associados às divergências existentes deverão manter-se, a menos que sejam tratados através de outra via política ou negocial.

A formulação do Governo também foi notável pelo que não disse. Morgan não anunciou qualquer nova política para a regulamentação do vinho, nem sugeriu que o Reino Unido tencione rever as diferenças atuais através de legislação nacional. Também não descreveu quaisquer conversações separadas com a UE sobre regras específicas para o vinho. A resposta limitou-se aos efeitos do próprio acordo sanitário e fitossanitário proposto.

A questão é importante porque as divergências regulamentares podem influenciar a forma como as empresas planeiam o comércio, a certificação, as aprovações de produtos e o acesso aos mercados. Mesmo uma breve resposta parlamentar pode ter peso quando limita as expectativas sobre aquilo que um acordo mais amplo entre o Reino Unido e a UE poderá ou não proporcionar. Neste caso, o Governo usou uma formulação inequívoca para afirmar que o acordo sanitário e fitossanitário não será o mecanismo que alterará a situação atual do vinho.

A resposta parlamentar foi apresentada através do sistema de perguntas escritas da Câmara dos Comuns, que permite aos deputados pedir aos ministros esclarecimentos específicos sobre políticas, que ficam registados. A pergunta de Wood questionava se as divergências no setor do vinho teriam de ser «revertidas» ou «alteradas». Morgan respondeu a ambas as possibilidades, afirmando que nenhuma seria necessária, uma vez que o vinho não está abrangido pelo acordo proposto.

Nesta troca, o Governo não forneceu mais pormenores sobre os limites práticos da exclusão nem sobre a possibilidade de determinadas questões regulamentares relacionadas com o vinho serem tratadas noutro âmbito. Também não indicou se a exclusão foi solicitada por uma das partes ou aceite conjuntamente nas negociações. A resposta escrita limitou-se a sublinhar que o acordo sanitário e fitossanitário proposto não abrange o vinho e manterá as divergências existentes.